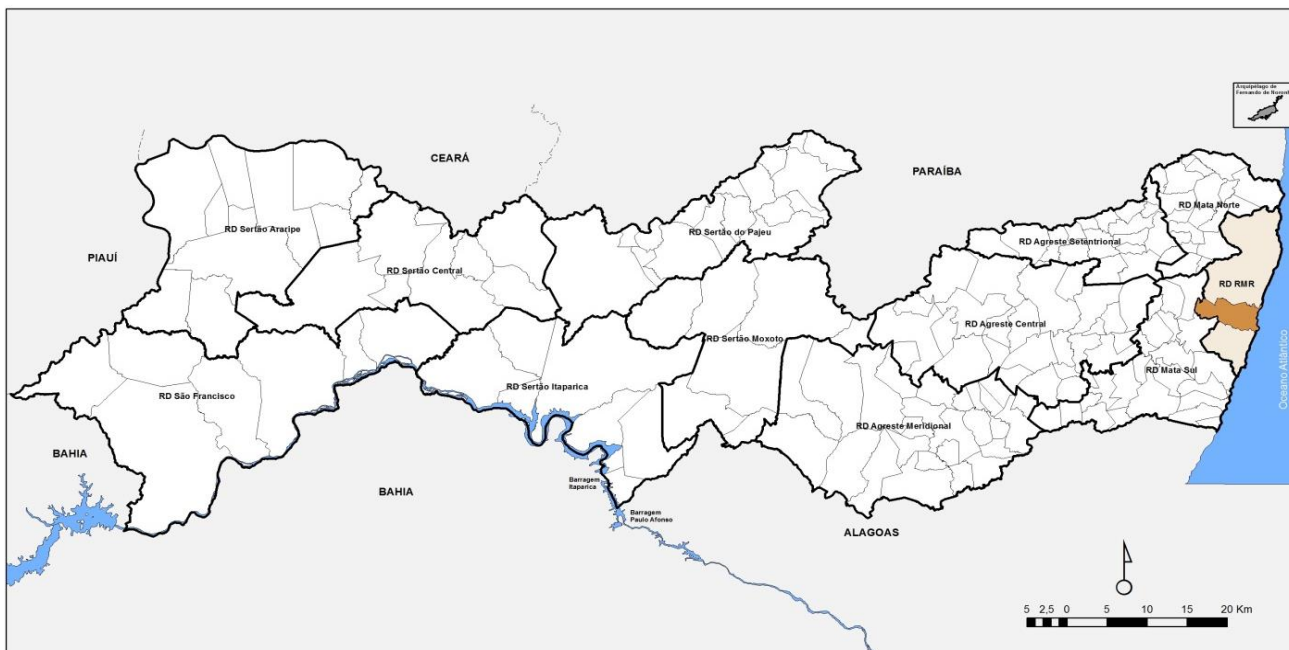


HISTÓRIA MUNICIPAL CABO DE SANTO AGOSTINHO



Desmembrado do Recife

Data de criação da vila: 27/07/1811 por Alvará e Provisão Régia de 15/02/1812

Data de instalação: 18/06/1812

Data cívica (aniversário da cidade): 09/07

A história do Cabo de Santo Agostinho se inicia antes da chegada dos portugueses ao Brasil. Segundo vários historiadores, em 26 de fevereiro de 1500 Vicente Yañez Pinzón, na visita que fez à costa brasileira, ancorou suas naus num porto abrigado e de fácil acesso a pequenas embarcações, com 16 pés de fundo, segundo as indicações da sonda. O referido porto era a enseada de Suape, localizada na encosta sul do Cabo de Santo Agostinho, que a expedição espanhola denominou Cabo de Santa Maria de la Consolación. A Espanha não reivindicou a descoberta, minuciosamente registrada por Pinzón, devido ao Tratado de Tordesilhas, assinado com Portugal.

A denominação Santo Agostinho foi dada pela expedição portuguesa que, explorando a costa brasileira em 1501, esteve no local no dia do referido santo (28 de agosto). Essa região, ocupada por diversas aldeias indígenas, teve sua colonização iniciada em 1536, com o donatário Duarte Coelho Pereira. Em 1554 sua viúva dirigiu a capitania, enquanto aguardava o regresso de seus filhos Duarte e Jorge de Albuquerque Coelho, que se encontravam em Portugal.



Ao chegarem, em 1560, intensificaram as ações para expulsar os índios caetés. Em 1571, terminada a campanha contra os índios que viviam na região, o donatário Duarte de Albuquerque Coelho, desejando aumentar o povoamento de seus domínios, iniciou a distribuição de sesmarias nas férteis várzeas da região sul do estado, ao longo do rio Pirapama (Araçuaípe, naquela época).

Essas terras foram concedidas aos fidalgos trazidos por seu pai e por ele próprio. Um desses nobres foi João Paes Barreto (5º avô do marquês do Recife), a quem coube a sesmaria ao sul do mencionado rio, onde essas terras foram concedidas aos fidalgos trazidos por seu pai e por ele próprio. Um desses nobres foi João Paes Barreto (5º avô do marquês do Recife), a quem coube a sesmaria ao sul do mencionado rio, onde ele fundou o Engenho Madre de Deus, depois chamado de Engenho Velho, o mais antigo do município. Posteriormente ele chegou a possuir oito engenhos, que legou aos seus filhos, ao atingirem os homens a maioridade e as mulheres, ao se casarem. Em 1580 João Paes Barreto instituiu o morgado de Nossa Senhora da Madre de Deus do Cabo de Santo Agostinho, vinculando o Engenho Madre de Deus e duas casas de sua propriedade, situadas na Vila de Olinda. Em 28 de outubro desse mesmo ano foi lavrada a escritura pública que oficializou o tradicional morgado, historicamente mais conhecido como Morgado do Cabo.

O povoamento regular do local onde se encontra a sede municipal começou em 1618, com a construção de uma capelinha consagrada a Santo Antônio, no alto da colina (no local em que se encontra a atual igreja matriz), passando a localidade a ser conhecida como Santo Antônio do Cabo. Antes dessa data compunha-se de algumas casas esparsas, distantes umas das outras, constituindo o chamado Arraial do Cabo. Com o intuito de ficarem perto da igreja, onde um capelão celebrava missa aos domingos, muitas pessoas foram construindo casas naquele ponto, que se tornou, em pouco tempo, um núcleo populacional bem crescido. Em 1621, os moradores do povoado dirigiram uma petição ao bispo do Brasil, D. Marcos Teixeira, solicitando a criação de uma paróquia. Por provisão de 09 de setembro de 1622 o bispo deferiu o requerimento.

Durante a invasão holandesa (1630-1654) o Cabo foi atacado, iniciando-se a luta no porto, junto ao pontal de Nazaré, onde existia um pequeno forte, de onde a terra pernambucana foi defendida contra o invasor. No entanto, os holandeses conseguiram saquear os armazéns de açúcar e as naus carregadas que se encontravam no ancoradouro, apesar de os brasileiros terem atado fogo em alguns deles para não caírem em mãos do inimigo. Matias de Albuquerque e o conde Bagnuolo, tomando conhecimento do ataque, marcharam até a praia de Nazaré, organizando a resistência sobre o cabo que domina a barra. Na expulsão dos holandeses, movimento conhecido como Insurreição Pernambucana, os flamengos retiraram-se do Cabo quase sem lutas, entregando a fortaleza de Nazaré, comandada por Straetem, ao mestre-de-campo André Vidal de Negreiros.

Tanto o Cabo quanto as terras adjacentes pertenciam ao Recife, sendo consideradas freguesias da capital da Província. No período colonial o Cabo passou a ser um dos grandes centros açucareiros do estado, com inúmeros engenhos, onde floresceu a aristocracia rural. A vila, desmembrada do Recife, e o respectivo termo do Cabo de Santo Agostinho foram criados por Alvará de 27 de julho de 1811. O termo compreendia os distritos das três freguesias do Cabo, Ipojuca e Escada. Em 15 de fevereiro de 1812 foi baixada uma Provisão Régia, expedida ao governador da Província, Caetano Pinto de Miranda Montenegro, para que se desse a devida execução ao Alvará de 27 de julho de 1811. A instalação solene da vila ocorreu em 18 de junho de 1812, pelo ouvidor-geral e corregedor da comarca do Recife, desembargador da Casa de Suplicação, Dr. Clemente Ferreira França. Na mesma data foi levantado o pelourinho, na então Rua Direita da Matriz.



Em 15 de setembro de 1828 foi criado o distrito eleitoral do Cabo, por Resolução do Conselho do Governo de Pernambuco. Em 20 de maio de 1833, também por Resolução do Conselho do Governo, o termo do Cabo passou a pertencer à comarca do Recife, juntamente com os termos de Recife, Olinda, Igarassu e Itamaracá. Através da Lei Provincial nº 86, de 08 de maio de 1840, a vila do Cabo passou a sede de comarca, sendo seu primeiro juiz de Direito o Dr. Firmino Pereira Monteiro. A Lei Provincial nº 152, de 30 de março de 1846, transferiu a sede do município e da comarca para a povoação de Nossa Senhora do Ó, mas a Lei Provincial nº 256, de 22 de maio de 1849, fez retornar a sede do município e da comarca do Cabo para a vila do mesmo nome.

A vila do Cabo foi elevada à categoria de cidade pela Lei Provincial nº 1.269, de 09 de julho de 1877, com a denominação de Santo Agostinho do Cabo. O município foi constituído no dia 07 de dezembro de 1892, adquirindo autonomia legislativa, com base na Constituição Estadual e no art. 2º das disposições gerais da Lei Estadual nº 52, de 03 de agosto de 1892 (Lei Orgânica dos Municípios), promulgada durante o governo de Alexandre José Barbosa Lima. O primeiro prefeito republicano foi o Dr. Luiz Fernandes de Oliveira.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município é constituído de três distritos: Cabo, Juçaral e Ponte dos Carvalhos. Em 22 de novembro de 1922, através de lei municipal, foi criado o distrito de Nazaré, integrado ao município do Cabo. Em divisões administrativas referentes aos anos de 1933, 1936 e 1937 o município é constituído de quatro distritos: Cabo, Juçaral, Ponte dos Carvalhos e Nazaré. Pelo Decreto-lei Estadual nº 92, de 31 de março de 1938, o distrito de Nazaré passou a denominar-se Santo Agostinho.

Pela Lei Municipal nº 1.690, de 19 de maio de 1994, o município teve o topônimo alterado para Cabo de Santo Agostinho. Em divisão territorial datada de 15 de julho de 1997 o município é constituído de quatro distritos: Cabo de Santo Agostinho (ex-Cabo), Juçaral, Ponte dos Carvalhos e Santo Agostinho (ex-Nazaré), assim permanecendo em divisão de 2005.

Fontes:

Agência CONDEPE/FIDEM. Calendário Oficial de Datas Históricas dos Municípios de Pernambuco. Recife: CEHM, 2006. V. 3

ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS. Rio de Janeiro: IBGE, 1958. V. 18

FELIPE, Israel. **História do Cabo**. Recife: Arquivo Público, 1962.

FONSECA, Homero. **Pernambucânia**: o que há nos nomes das nossas cidades. Recife: CEPE, 2009.

GALVÃO, Sebastião de V. **Dicionário Corográfico, Histórico e Estatístico de Pernambuco**. Recife: CEPE, 2006. V. 1

PERNAMBUCO. Tribunal de Justiça. **História das Comarcas Pernambucanas**. 2ª Ed. Recife, 2010.

<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/pernambuco/cabodesantoagostinho.pdf>

<http://www.cabo.pe.gov.br/historia.asp>